



**Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Curso de Gestão Educacional  
Trabalho de Conclusão de Curso**

**GESTÃO ESCOLAR E COMUNIDADE: UMA  
INTERAÇÃO POSSÍVEL**

**Autor: Rita de Cássia Carvalho do Amaral  
Orientadora: MSc. Professora Relcytam Lago Caribé**

**Brasília – DF  
2012**

**RITA DE CÁSSIA CARVALHO DO AMARAL**

**GESTÃO ESCOLAR E COMUNIDADE: UMA INTERAÇÃO POSSÍVEL**

Artigo apresentado ao curso de especialização em Gestão Educacional da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Título de Especialista.

Orientadora: MSc. Professora Relcytam Lago Caribé

**Brasília  
2012**



Artigo de autoria de Rita de Cássia Carvalho do Amaral, intitulado “GESTÃO ESCOLAR E COMUNIDADE: UMA INTERAÇÃO POSSÍVEL”, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Pós Graduação em Gestão Educacional da Universidade Católica de Brasília, em 03 de dezembro de 2013, defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Professora Relcytam Lago Caribé  
Orientadora  
Gestão Educacional – UCB

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Nina Cláudia de Assunção Mello  
Gestão Educacional – UCB

**Brasília  
2012**

## **GESTÃO ESCOLAR E COMUNIDADE: UMA INTERAÇÃO POSSÍVEL**

**RITA DE CÁSSIA CARVALHO DO AMARAL**

### **Resumo**

Este artigo tece reflexões sobre a relação da gestão escolar com a comunidade, visa investigar e compreender de que forma os diversos atores da comunidade, aqui entendida como as organizações sociais e governamentais, grupos de jovens, associações religiosas, empresas, grupos de pais, ONGs., podem interagir para que ocorra a participação democrática de modo a integrar as ações que melhoram a aprendizagem com o desenvolvimento social e moral da comunidade escolar, objetivando a melhoria do processo ensino-aprendizagem e a própria valorização da escola. Para isso apresentar-se-á a experiência bem sucedida de uma escola aberta à comunidade, o Colégio Adolfo Bezerra de Meneses de Araguaína – TO, que aposta no Programa Escola Aberta (PEA), Programa do Governo Federal, partindo do pressuposto de que a escola tem a função social e o espaço apropriado para acolher o indivíduo, tornando profícuo o desenvolvimento de suas potencialidades.

Palavras-chave: Gestão escolar. Comunidade. Escola Aberta

### **INTRODUÇÃO**

A escola, nos dias atuais, encontra-se numa situação de busca a novas possibilidades e limites de atuação como instituição de ensino e da importância de sua interligação com a comunidade que a cerca.

Um aspecto bastante importante a ser abordado neste trabalho, diz respeito à concepção de conhecimento utilizado pelo contexto educacional e absorvido pela própria escola. Esta concepção fundamenta a atividade escolar e traz efeitos ao pleno exercício do papel da escola, onde esta tem o dever de ensinar e articular sua gestão democrática dentro e fora da sala de aula.

A Constituição Federal da República do Brasil, de 1988, sustenta uma política de Estado destinada a orientar e consolidar o processo de transformação dos diferentes setores envolvidos no desenvolvimento econômico e social da nação.

No artigo 1º dessa Carta Magna suscita a gestão democrática, consubstanciada nos princípios que devem reger à 'democracia participativa': o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Esses princípios podem ser considerados como os fundamentos da autonomia da escola e, conseqüentemente, de sua identidade.

Nesse enfoque, a escola deve fortalecer-se como um espaço que propicie a participação ativa da família e da comunidade, de forma que estas revejam seu papel frente ao trabalho educacional, onde a responsabilidade é compreendida no processo de desenvolvimento integral tanto da instituição como da comunidade que

a rodeia, ou seja, a comunidade precisa ser entendida como referência do espaço social e cultural.

Para tal, é necessário desenvolver alianças estratégicas com os diferentes atores<sup>1</sup> da sociedade por meio de uma cultura de participação, uma visão compartilhada e a formação de cidadãos que por suas ações constituam a base de uma nova sociedade multiétnica e pluricultural.

As últimas tendências em gestão da educação enfatizam a importância da autonomia da escola e da participação como processos fundamentais para a qualidade, eficiência e equidade do sistema educativo (DOURADO, 2007). Nesse contexto, considera-se de grande relevância a participação da comunidade como um espaço democrático em que diversos atores estão, ativamente, envolvidos na vida escolar.

A abertura da escola para as possibilidades e restrições dessas novas perspectivas é fundamental. Permite que a comunidade expresse as suas ansiedades, expectativas e sugestões, que os alunos revelem, com maior clareza, as suas potencialidades e necessidades e que os professores as conheçam e se preparem para respondê-las, construindo essa busca da relação mais efetiva do processo ensino-aprendizagem.

A participação da comunidade na gestão escolar envolve o espírito de mudança e de inovações no projeto político-pedagógico, com o objetivo de reforçar a tarefa educativa da escola, a fim de melhorar as condições socio-históricas dos sujeitos que nela transitam, contribuindo para a transformação da realidade em que a escola se insere (BEZERRA *et al.*, 2010).

É necessário investigar e compreender, portanto, de que forma os diversos atores da comunidade e da escola podem interagir para que ocorra a participação democrática, visando levar à melhoria da qualidade da educação, favorecendo, por consequência, o processo de ensino-aprendizagem e a valorização da escola.

Partindo do pressuposto de que a escola tem a função social de proporcionar o espaço apropriado para acolher o indivíduo, tornando profícuo o desenvolvimento de suas potencialidades, devendo oferecer múltiplas oportunidades para que os professores, os alunos, os pais e a comunidade em seu entorno expressem as suas contribuições, participando, cada qual a sua maneira, para o desenvolvimento da educação. Considera-se, portanto, justificado o interesse pelo tema.

Conforme Castro e Regattieri (2009) é no cenário da organização escolar que as modificações na área educacional podem ser implantadas e desenvolvidas para criar, por meio de uma gestão escolar democrática e participativa, condições para que toda comunidade tenha a oportunidade de sugerir e opinar sobre as melhores formas de trabalho para o ambiente educacional.

Nesse sentido, este trabalho busca investigar, por meio de revisão da literatura/bibliográfica, experiências de participação da comunidade na gestão educacional através do Programa Escola Aberta (PEA) numa escola estadual do Tocantins. Observando também como acontece a articulação de teorias e conceitos na prática da gestão educacional interativa, utilizada como ferramenta para se repensar condutas e aprofundar algumas questões pertinentes ao tema.

Nesta tangente, pretende-se contribuir com discussões e questionamentos que favoreçam transformações positivas na relação escola-comunidade.

---

<sup>1</sup>Considerar-se-á como atores todas as organizações sociais (associações civis, grupos de jovens, associações religiosas, empresas, cooperativas, grupos de pais, sindicatos, líderes comunitários, ONGs e outros que são específicos de cada região) (CODY; SIQUEIRA, 1997).

A escola, hoje um dos últimos aparatos sociais públicos republicanos, sempre foi objeto de inúmeras pesquisas, para tanto é possível encontrar respostas sobre a função desta em alguns nomes importantes da Sociologia da Educação como Max Weber (1864-1920) do qual contribui inesgotavelmente em suas manifestações até os dias atuais.

Para Weber, a situação estamental possibilita em certos grupos sociais o reconhecimento positivo ou negativo: “as possibilidades de alcançar honras sociais são determinadas primordialmente pelas diferenças nos estilos de vida desses grupos e, portanto, principalmente pelas diferenças na educação” (WEBER, 2002, p. 210):

De acordo o autor, a sociedade é dividida por estamentos, ou seja, não somente pela situação financeira. Cada indivíduo está relacionado com seus interesses comuns, almejando uma determinada posição social. A educação, nesta concepção, passa a ser um bem e/ou diferencial importante, uma vez que não são distribuídos igualmente a todos os indivíduos da sociedade.

...através dos sistemas escolares (e das práticas sociais no interior destes sistemas) é desenvolvido um processo peculiar de imposição dos caracteres dos grupos sociais e do poder estabelecido. Na obra de Weber é possível demonstrar como, através dos processos de inculcação e legitimação de determinados tipos de conduta e de certos bens culturais, se estabelece o processo de manutenção e reprodução dos modelos reinantes na estrutura social. (VILELA, 2001, p. 90)

Para que a escola cumpra com seu papel social, independentemente da posição social, é necessário uma integração com a sociedade, mais precisamente com a comunidade da qual está inserida. Para tanto, a apresentação de um Programa como o PEA viabiliza um novo paradigma no inter-relacionamento entre escola e comunidade.

Partindo do pressuposto, é possível começar a deslocar os indivíduos para os grupos sociais nos quais eles estão integrados. Os olhares se voltam para as mediações, entendidas como conjunto de influências que estruturam o processo de aprendizagens e seus resultados, provenientes tanto da mente do sujeito como de seu contexto social, econômico, cultural, étnico: de sua procedência geográfica, de seu bairro, de seu trabalho, de acontecimentos que se dão no próprio lar do sujeito.

## **A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA**

Com relação à função social da escola o que se percebe é que vem se tornando um espaço de socialização e construção dos conhecimentos para toda a comunidade quando agrega a esta uma série de atividades em dias não letivos, onde ocorrem eventos que não integram ao currículo, mas que trazem à comunidade conhecimentos que impactam na qualidade de vida dos cidadãos.

O novo conceito do papel social da escola está na práxis de uma nova relação humana e por isso requer a revisão do seu funcionamento, tanto no que diz respeito aos conteúdos, metodologias e atividades como na maneira de tratar e estimular o aluno quanto a sua autoexpressão (criatividade, criticidade, liberdade, consciência), autovalorização (reconhecimento de sua dignidade), corresponsabilidade (colaboração, iniciativa, participação), curiosidade, autonomia e

construção de seu conhecimento. Uma nova proposta pede a mudança no paradigma de escola e na postura dos professores

Nas instituições escolares (creches, pré-escolas, escolas de educação básica) são ensinadas às crianças, explicitamente, uma série de conhecimentos e de práticas de hábitos sociais. Mas, além disso, a criança aprende muitas outras coisas pela permanência dentro da instituição e pelo contato com os adultos e com os seus colegas. Essas coisas que são ensinadas de forma implícita são tão importantes quanto as que se tentam transmitir de forma explícita. A forma como a criança se relaciona com os adultos, as suas possibilidades de tomar iniciativas ou simplesmente de seguir as orientações, o fato de trabalhar em grupos ou isolado, receber os conhecimentos construídos pelo professor ou ter que construí-los por si próprio, [...] estes e muitos outros fatores irão influenciar, de forma decisiva, a conduta futura quando essa criança se tornar um adulto (DELVAL, 1998, p. 51-52).

No Brasil, o século XX foi um período em que a escola tentou encontrar a sua melhor fórmula. Os teóricos da educação apresentaram várias propostas de ensino, aprofundando-se, cada vez mais, no estudo da psicologia infantil e das relações sociais que se estabelecem na escola. Houve uma tendência favorável à limitação do autoritarismo na escola e ao aumento da liberdade de ação da criança, para dar livre curso a sua criatividade. Mas o que ficou presente ao longo do século foi a forte marca do Ensino Tradicional: na forma como as cadeiras são dispostas, nas metodologias que utilizam, basicamente, as aulas expositivas como recurso de ensino, nas avaliações que ainda se preocupam com o acúmulo de conhecimentos sem significado e outros aspectos que denunciam essa presença (DELVAL, 1998).

Para Delval (1998), a escola está bem adaptada ao seu objetivo inicial e histórico, que é o da obediência, autoridade e respeito às normas, e não o da transmissão de saber. Nas palavras do autor, a missão histórica da escola é “a de formar indivíduos submissos que aceitem a ordem social dominante” (p. 25). Quanto à noção de escola obrigatória que nasceu para a transmissão de saber e cultura, afirma que é uma missão secundária, pois:

Toda escola está organizada para a perpetuação da ordem social e para manter a divisão em classes sociais, para que a ordem social não seja modificada. Isso é realizado de diversas maneiras. As duas principais são: a) fazendo com que a escola perpetue de fato a divisão em classes sociais da sociedade, ou seja, promovendo mais os membros das classes dominantes; e b) transmitindo a todos os indivíduos que a frequentam, independentemente da sua classe social, a ideia de submissão à ordem existente e dificultando, assim, a modificação da ordem social (DELVAL, 1998, p. 25).

A crítica de Delval (1998) é no sentido de que a escola, que não foi criada recentemente e atinge um grande número de indivíduos, tenha um rendimento tão baixo quanto a sua missão de instrução e transmissão de cultura.

A transferência do conhecimento ocorre sem compreensão ou qualquer movimento de integração à vida dos alunos. O tipo de ensino oferecido pela escola é passivo: “o aluno recebe os conhecimentos já construídos e só o que tem a fazer é assimilá-lo” (DELVAL, 1998, p. 25).

É necessária uma reestruturação dessa instituição de modo a fazer parte e satisfazer as necessidades dos alunos, que ainda se desenvolvem social e

psicologicamente. Por isso, a escola deve prestar atenção e contribuir com o desenvolvimento do indivíduo.

Favorecer o desenvolvimento do pensamento racional é uma tarefa importante que as escolas devem cumprir; para chegar nele, entretanto, devem, necessariamente, passar pelo pensar livremente, criativamente, buscar refletir acerca dos problemas físicos ou da história, sobre o universo, interrogar a realidade, duvidar de explicações, buscar o porquê das coisas, reorganizar o seu ambiente para que o indivíduo seja mais feliz, mais sadio, conhecendo e transformando a realidade social em que vive.

Delval (1998) acredita que a escola é capaz de tornar os homens mais livres, mais felizes e mais autônomos, mas só conseguirá fazê-lo à medida que tiver se modificado substancialmente. Ressalta o autor, que a instituição é quem deve adaptar-se às necessidades do indivíduo, e não o contrário. Na verdade, os dois aspectos devem acontecer e a responsabilidade dessa adaptação tem de ser objetivo explícito da escola.

Assim, a cultura de massa na contemporaneidade está presente como um dos mais importantes instrumentos de transmissão de valores e modelos de conduta, criação de novos padrões de comportamento e identidades sociais. O processo de socialização pode, então, ser considerado como um espaço plural de múltiplas relações sociais, e caracterizado como um campo estruturado pelas relações dinâmicas entre instituições e agentes sociais. Família, escola e comunidade são, atualmente, instâncias socializadoras que se configuram em uma forma permanente e dinâmica de relação (FISCHER, 1999).

A escola é responsável pela expansão do acesso ao conhecimento, ao mesmo tempo em que pode contribuir para o fortalecimento de um saber restrito a poucos (DESSEN; POLONIA, 2007). Embora todos tenham acesso, o uso do saber na instituição de ensino varia de acordo com as experiências de vida familiar, colegial e com a interferência do ambiente sobre os indivíduos. Sujeita a uma variedade de público e pouco preparada para enfrentar os desafios que cada um lhe propõe, a escola se enfraquece enquanto agente da socialização, respondendo, de forma fragmentada, às expectativas diferenciadas de seu público.

O papel da escola está alicerçado nas questões relacionais, sociais, nas competências cognitivas (o que não significa acúmulo de informação), na capacidade de lidar com o novo, com a resolução de problemas diversos e cotidianos. Por isso, cabe à escola tornar o indivíduo um cidadão, capacitado a exercer a sua cidadania, bem como um reconhecedor de seus direitos e deveres (DELVAL, 1998).

Contudo a escola oferece condições adicionais à aprendizagem, através de projetos que consolidam o aprendizado em sala de aula e os interesses cabais do qual a sociedade necessita para a integração escola-comunidade. “Para alcançar tais objetivos, a escola precisa estabelecer uma convergência entre os interesses da criança e os interesses da sociedade e fomentar o seu desenvolvimento intelectual e a sua capacidade de iniciativa” (DELVAL, 1998, p. 52).

Para Jobim e Souza (2001), as instituições de ensino de hoje devem estar voltadas para favorecer o desenvolvimento das crianças, como meta para torná-las livres, autônomas, numa íntima relação entre desenvolvimento intelectual, afetivo e social.

Como instituição, a escola não pode deixar de preocupar-se com as peculiaridades da prática educativa contemporânea. A educação, no mundo moderno, não conta apenas com a participação da escola e da família. Outras



instituições despontam na parceria de uma ação pedagógica, o que antes era atribuição específica da família e, posteriormente, da escola.

Assim, de acordo com a realidade da instituição, as suas necessidades, recursos, pontos fortes e fracos e características específicas, na gestão democrática são formuladas ações pedagógicas, culturais, recreativas, desportivas, artísticas, tecnológicas, científicas, de saúde e sociais a partir de uma perspectiva integral, diversificada e como parte de uma ação cooperativa para com a comunidade.

Na atualidade, a escola e seus principais atores enfrentam o desafio de repensar o seu sentido social e comunitário para que seja capaz de abrir as suas portas e os seus horizontes para as necessidades do ambiente em que está localizada e constituir-se como espaço aberto que se preocupa com as suas necessidades e as atenda. Nesse sentido discutir o conceito de comunidade, sem a pretensão de esgotar o tema, é muito importante para fundamentar os pilares da participação ativa dos envolvidos no constante deste artigo.

## **Comunidade**

Em sua acepção mais generalizada, o conceito de comunidade (COSTA, 2005) refere-se a um conjunto de relações em contextos territorialmente situados e limitados que colocam um conjunto de agentes em situação de proximidade. A partir dessas relações, gera-se uma série de sentimentos, afetos e identificações que, com relação ao sistema educacional, adquirem em cada contexto, país, cidade ou região uma particularidade histórica e social.

Com base nessas ideias iniciais pode-se argumentar que há uma comunidade sempre que em um determinado espaço geográfico os indivíduos se conhecem, possuem interesses comuns, discutem juntos os seus problemas e agrupam os seus recursos para resolvê-los.

Em estudos próprios da sociologia contemporânea (como citado em Peruzzo e Volpato, 2009) se analisam as diferenças entre as comunidades antigas (características da modernidade) e as da contemporaneidade (decididamente pós-social), e se identificam uma série de categorias (não exaustivas ou definitivas, mas apenas como eixos organizadores), como apego compulsivo, territorialidade e temporalidade.

O apego compulsivo refere-se que ao nascimento de um sujeito em uma comunidade, essa se converte em seu lugar de inclusão e de participação. Não se espera (exceto por questões acidentais) o seu eventual abandono. Em troca, as novas comunidades estariam marcadas pelas ideias de escolha e de liberdade, seja de forma proativa ou como uma reação frente às vicissitudes que oferece um mundo que tem ampliada a percepção de riscos.

Com relação à temporalidade, os estudos citados em Peruzzo e Volpato (2009) descrevem que a inclusão de membros em uma comunidade dura até que as suas necessidades sejam satisfeitas ou até que se perca a capacidade de manter bem altas as motivações de seus membros para permanecer nessa comunidade.

Além dessas coordenadas que permitem entender a diferença entre as comunidades tradicionais e as existentes, Bauman (2003) aponta os perigos da individualização em um mundo atravessado pela globalização e em que ninguém pode ser o único dono de seu destino. A partir dessa perspectiva e, considerando os problemas da diversidade cultural e da desigualdade social, o autor levanta a necessidade de que existam comunidades entrelaçadas a partir do compartilhar e do

cuidado mútuo, comunidades que assumam a responsabilidade por tornar igual o reconhecimento dos direitos humanos e as possibilidades de exercer esses direitos. Vale ressaltar que a comunidade ocupa um papel importante no desenvolvimento cognitivo de um educando, através de práticas sociais onde o direito de participação, intimamente ligada à obrigação, fomenta novas ideias e parâmetros para uma sociedade mais justa e igualitária.

## **O CONCEITO DE COMUNIDADE EDUCATIVA**

Uma escola aberta à comunidade implica numa redefinição do conceito de comunidade educativa, que não a limite apenas ao ambiente escolar, mas aberta ao espaço público local, incluindo como agentes do ensino e de aprendizagem as famílias, as igrejas, os clubes, as associações de bairro, as bibliotecas, as organizações produtivas, com o objetivo de construir um projeto educativo e cultural que parta das necessidades e das possibilidades da comunidade.

Perceber-se como cidadão detentor de valor, capaz de contribuir para a sociedade, de apropriar-se de um saber profissional e de prover o próprio sustento, promove o desenvolvimento da autoestima dos indivíduos, oferecendo alternativas à delinquência e à transgressão das normas de uma sociedade da qual se sentem excluídos (BRASIL, 2007, p. 18).

O conceito de comunidade educativa resulta de fundamental importância para compreender o papel central que teve o sistema educativo na América Latina – a partir da formação dos Estados nacionais na segunda metade do século XIX – ao responsabilizar-se quase como único ator social da tarefa de ensinar (BEECH, 2009).

Essa centralidade permitiu definir a comunidade educativa como um espaço fechado, instalando como únicos membros, exceto em situações pontuais, os professores, os alunos e os pais, estabelecendo competências claramente definidas para cada um deles (BRASIL, 2007).

Entretanto, há que se considerar que uma gestão institucional fechada mostra distância com a comunidade; o vínculo com ela não contempla estratégias de participação que incluam expectativas, demandas ou necessidades relacionadas com a família dos alunos ou organizações sociais territorialmente próximas à escola. Nesse tipo de gestão, ou essa forma de ‘fazer escola’, a cultura é um fator externo à comunidade, e a função da escola é socializar, de acordo com os valores da sociedade e de uma cultura legítima.

Em Brasil (2007) argumenta-se que a escola é o lugar onde se configura a relação entre Estado e sociedade civil, portanto, constitui-se um lugar privilegiado para a formação cidadã e a participação dos membros da comunidade escolar. “Inclui, portanto, diretores, coordenadores, professores, assistentes educacionais, pais, alunos e comunidade onde a escola está inserida” (BRASIL, 2007, p. 14).

“Dessa forma, a instituição escolar desfaz os muros que a distanciam do cotidiano das pessoas que habitam o seu entorno e que, convidadas a entrar, dão vida ao seu silêncio por meio da alegria cultural e da criatividade” (BRASIL, 2007, p. 9).

Para os pais e para os membros da comunidade como agentes de participação na gestão educacional, Paro (1992) entende que o capital simbólico é um incentivo moral, expressando honra, prestígio e poder, reconhecido pela própria comunidade em agradecimento pelas ações realizadas em nome do processo

educativo que fortalece não apenas os próprios atores, mas melhoram a atividade acadêmica da escola.

Nesse sentido, a comunidade necessita da escola para se converter em uma instituição capaz de transitar em direção ao país que se anseia. Uma escola que admita a todos, sem qualquer discriminação, que assegure relações de respeito entre os membros da comunidade escolar, que concentre os seus esforços para o desenvolvimento integral dos alunos, tanto em seu crescimento pessoal como em sua inclusão ativa e participativa na sociedade, proporcionando valores e atitudes sociais baseados na cooperação e solidariedade.

## **GESTÃO ESCOLAR ABERTA À COMUNIDADE**

Entende-se por gestão escolar democrático-participativa o conjunto de estratégias que visa conduzir a escola de forma criativa e holística, orientando as decisões e os esforços para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, atendendo às necessidades individuais e coletivas de caráter educacional, cultural e econômico de um determinado grupo social. A esse respeito, Fernandes (2009, p. 5) postula que:

A gestão escolar é um processo, uma atividade e um paradigma de orientação e condução da escola, voltado para a melhoria contínua de seus processos pedagógicos, e que tem como foco o desenvolvimento de seus profissionais coletivamente organizados. Dela depende a qualidade do ensino orientado para promover a formação e a aprendizagem dos alunos. Para isso, os gestores promovem atividades de planejamento e avaliação de todas as ações didático-pedagógicas.

Nesse mesmo sentido, Paula e Schneckenberg (2008, p. 4) consideram que:

A democratização da gestão do sistema educativo amplia-se a gestão da escola, a qual prevê, entre outras ações, o envolvimento, a participação dos pais dos alunos, moradores e demais membros da comunidade local, como lideranças políticas, movimentos populares no processo de tomada de decisões, a partir do contexto escolar.

A participação na gestão escolar é efetiva, quando os pais e demais membros da comunidade exercem o poder na tomada de decisões, na implementação e na execução de decisões e no monitoramento e avaliação dos processos e produtos da participação.

Hoje, a escola não se limita apenas a um âmbito de trabalho curricular com os conteúdos, materiais e recursos, mas incorpora novas tarefas, novas ações e novas estratégias para tratar de questões prioritárias e contingentes (BRASIL, 2007).

A escola, além de formar para a vida, deve oferecer aos alunos, professores e famílias, espaços e tempos para aprender e oportunidades para aplicar o aprendizado em situações diferentes dentro e fora do espaço familiar e escolar.

A prática de desenvolver projetos é motivada pelos chamados “conteúdos transversais”, ou seja, assuntos que devem ser trabalhados por todos, independente de série ou disciplina em que atua ou estuda. Eles visam à

integração da Escola como um todo. Nos projetos são incluídos temas como cidadania, ética, meio ambiente, e outros. Para que o desenvolvimento dos projetos se torne mais efetivo, é necessário o planejamento conjunto, ou, pelo menos, o compartilhamento destes, no sentido de chamar todos a participarem. Se o grupo considerar um bom projeto e se engajar, possibilita uma maior integração da comunidade escolar e o desenvolvimento de cidadania (ZIZEMER, 2006, p. 149).

Vale ressaltar que a interação da comunidade escolar favorece a identificação dos fatores críticos e de sucesso da escola, para tanto é importante a abertura das escolas aos finais de semana para a comunidade, pois a gestão escolar democrática exige participação ativa. “Democracia e participação são dois termos inseparáveis, à medida que um conceito remete ao outro.” (LÜCK, 2006, p. 54).

A proposta de abertura de espaços públicos, sobretudo das unidades escolares, surgiu, a partir do Ano Internacional da Cultura de Paz, em 2000, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO convocou três estados onde teve caráter pioneiro, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, para consolidar a proposta inovadora do programa e desenhar a sua metodologia, além de reforçar as suas bases conceituais.

Depois desses estados, onde o programa teve início, São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Mato Grosso, Minas Gerais e Piauí aderiram a ele. Ao lado desses estados, vários municípios adotaram a estratégia de abrir as escolas nos fins de semana, inspirados pela metodologia do Abrindo Espaços (NOLETO; BARROS COELHO, 2008).

De acordo com Noleto e Barros Coelho (2008, p. 23):

A experiência do Programa Abrindo Espaços permitiu aos jovens e as suas famílias participarem de atividades inacessíveis à maioria das comunidades em situação de vulnerabilidade social. As oficinas desenvolvidas nos fins de semana eram momentos em que as crianças resgatavam o direito à infância, participando de brincadeiras, cantando, fazendo teatro, artesanato, jogando futebol, vôlei e outras tantas atividades.

No Rio de Janeiro foi denominado Programa Escolas de Paz e, conforme Waiselfisz e Maciel (2003) objetivou consolidar o papel das escolas como indutoras de processos de formação ética e cidadã, promovendo o acesso de jovens a bens e serviços culturais e esportivos, ampliando o rol de alternativas oferecidas às comunidades, por meio do fortalecimento dos vínculos entre a estrutura escolar e as redes sociais.

Ao mesmo tempo em que o Programa Abrindo Espaços foi implantado no Rio de Janeiro, tiveram início atividades pioneiras de abertura de escolas nos fins de semana em Pernambuco, onde o programa recebeu o nome de PEA.

Por ser um estado com o menor IDH em relação às outras unidades da federação, a adoção do programa trouxe uma possibilidade de resposta aos problemas gerados pela falta de alternativas culturais, artísticas, esportivas e de lazer, atingindo um de seus objetivos mais importantes: “transformar a escola na comunidade em escola da comunidade” (NOLETO; BARROS COELHO, 2008, p. 71).

O resgate da cultura popular foi um dos motes para o desenvolvimento das atividades. Na área de esportes, o objetivo foi investir nos jogos de rua e estimular os jogos cooperativos. Como resultado dos trabalhos, realizou-se

o Circuito Cultural de Rua, oportunidade em que o Escola Aberta levava diversos grupos das escolas para um dia de atividades culturais e esportivas nas comunidades, facilitando a formação de uma grande rede cultural-esportiva de apresentação dos grupos – o Circuito Interescolar [...] o Programa Escola Aberta em Pernambuco promoveu uma inovadora experiência de inclusão digital, em 100 escolas da rede estadual, oferecendo facilidades de informática e Internet a cerca de 6.000 participantes (NOLETO; BARROS COELHO, 2008, p. 72).

Na Bahia, em 2001, o Programa Abrindo Espaços foi iniciado com a participação de cinco escolas. Em fins de abril de 2002, mais 13 se haviam integrado, totalizando 18 escolas abertas nos fins de semana, aumentando, gradativamente, até atingir o número de 60 escolas.

Foram estabelecidas parcerias com ONGs, universidades e instituições diversas como estratégia de fortalecimento das oficinas, além de parcerias com comerciantes locais, que permitiram a doação de material básico para a realização das oficinas; a parceria com órgãos da mídia contribuiu para a divulgação do programa e de suas eventuais necessidades.

Inspirado e influenciado pelos resultados positivos alcançados, sobretudo em relação ao fortalecimento da escola pública e à inclusão social de jovens, em 2004, o governo federal, por meio do Ministério da Educação, em parceria com a UNESCO, lançou em âmbito nacional o PEA: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude, pautado no conceito e na metodologia do Abrindo Espaços. Esse programa corrobora com a possibilidade de a escola se interagir com a comunidade, do qual será demonstrado com a experiência bem sucedida em uma escola no Tocantins, que aderiu ao PEA em 2011, através de iniciativas da própria comunidade local que faz da escola um espaço de interatividade extra curricular e favorece aos parceiros uma maior iniciativa de convivências múltiplas e de serviços à comunidade local e circunvizinha.

### **Programa Escola Aberta – possibilidades de encontro e de convivência na sociedade do século XXI.**

Coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), o PEA conta com a cooperação técnica da organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. A sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola para o Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (PDDE/FEFS), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2007).

Além disso, oferece a oportunidade de articulação e integração com a comunidade por meio da participação democrática do espaço escolar como uma forma de recuperar a sua função social, buscando favorecer a sociedade que vive em vulnerabilidade social a parceria entre a escola e a comunidade, proporcionando, com criatividade, um ambiente salutar e prazeroso, com atividades culturais, educativas, esportivas, de formação inicial para o trabalho, bem como na geração de renda aos estudantes e comunidades circunvizinhas. É uma escola que incentiva e aproveita o que o ambiente oferece, especialmente, aqueles mais desfavorecidos, onde as pessoas têm menos recursos para desenvolver atividades de lazer e de aprendizado (BRASIL, 2007).

O Programa representa uma estratégia para promover oportunidades de

aprendizagem desafiadora e diferente, com um sentido formativo que favoreça recriar o conhecimento e resignificar o espaço escolar como um lugar onde se aprende com a participação de diversos atores (BRASIL, 2007).

Instituído como política pública federal, em 2006, nos estados brasileiros, surgiu com o objetivo de oferecer lazer, cultura e esportes à comunidade, utilizando os espaços das escolas públicas nos fins de semana. As oficinas contemplam educação, cultura, arte, esporte, lazer, informática e formação inicial para o trabalho.

As atividades do fim de semana são organizadas pela escola, considerando as demandas da comunidade escolar e do entorno e os recursos locais, materiais e humanos. Contam com uma equipe formada por um coordenador comunitário, responsável pela abertura das escolas e a organização das atividades desenvolvidas por oficinheiros remunerados e voluntários. Um novo ator foi integrado à equipe, o professor comunitário, responsável por fazer a articulação do programa com a escola formal. Para o desenvolvimento das atividades, as escolas recebem recurso para aquisição de material de consumo para as oficinas (NOLETO; BARROS COELHO, 2008).

A Proposta Pedagógica do PROGRAMA ESCOLA ABERTA evidencia a opção política por conceitos como apropriação democrática do espaço público, valorização das culturas locais, celebração das diferenças no âmbito da igualdade perante a lei e socialização do saber como promoção de autonomia e de participação social. Portanto, sua presença em áreas urbanas com um alto índice de risco e vulnerabilidade social ultrapassa a intenção de buscar a simples solução de retirar os jovens das ruas, ocupando-lhes o tempo. Trata-se de movimentar atores políticos, técnicos, públicos e privados, de âmbitos federal, estadual e municipal a fim de solidificar as experiências vividas, de forma a que sejam incorporadas à vida das escolas e promovam transformações culturais profundas no cotidiano das populações envolvidas (BRASIL, 2007, p. 8).

Pelo exposto, é possível descrever a proposta pedagógica do Programa em quatro grupos de estratégias:

- de apoio para a educação escolar: apoio escolar, oficinas, atividades de alfabetização, centros comunitários de orientação educativa, bibliotecas, acompanhamento de percurso escolar, tutoria;
- complemento da educação escolar: espaços e eventos lúdicos, esportes, oficinas de formação;
- desenvolvimento integral: eventos coletivos, assembleias, campanhas de saúde, ações de prevenção, grupos de serviços à comunidade, a documentação para a pesquisa e sistematização de local de treinamento;
- formação profissional: formação técnica em várias atividades, produção de artesanato local e outros empreendimentos produtivos.

São por essas razões que:

O PROGRAMA ESCOLA ABERTA ganha legitimidade ao buscar promover e ampliar a integração entre escola e comunidade, ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuir para a redução das violências na comunidade escolar. Para isso, fundamenta-se numa concepção de escola como locus do encontro entre o conhecimento formal historicamente acumulado e os saberes populares. Consequentemente, o ambiente escolar é visto como espaço privilegiado de convivência entre diferentes e de aprendizagem da ética da cooperação que se contrapõe à

da coerção (BRASIL, 2007, p. 9).

As oficinas são uma modalidade, uma maneira de trabalho que podem se desenvolver no PEA, pois prioriza a participação cooperativa. Em uma oficina, o trabalho entre pares e em equipes permite avançar na busca de soluções de forma conjunta, aplicando as habilidades para investigar, selecionar, analisar e conceituar.

Na dinâmica do Programa, Hoben (2006, p. 18) destaca a importância que o jovem e sua comunidade assumem ao serem valorizados os talentos da própria comunidade:

Respeitando-se as demandas locais, viabiliza-se as diversas expressões juvenis, possibilitando a integração entre a escola, o jovem e a comunidade. Tal processo permite a descoberta de novas formas de ver e se relacionar com o outro e consigo próprio, gerando um sentimento de pertencimento e fortalecendo, assim, as referências coletivas, requisito fundamental para a construção de uma cultura de paz.

Assim, são inevitáveis as trocas de experiências, o debate de pontos de vista e a elaboração de argumentos. Essa modalidade destina-se a responder às perguntas e abordagens propostas para o melhoramento da comunidade.

As oficinas realizadas nas escolas podem pertencer a áreas diversas como cultura, artes, esporte, lazer, saúde, comunicação, informática, entre outras. Além disso, podem ter objetivos de formar para o trabalho, recrear e entreter, informar e ensinar (BRASIL, 2007, p. 24-25).

Como exemplo, de acordo com o Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (2012), após a reunião em uma escola com os pais dos alunos, foi constatada a necessidade de um Posto de Saúde no bairro, pois na aula de Ciências uma professora explicou sobre a importância das vacinas para a prevenção de algumas doenças. Na primeira semana de aula, uma equipe levou o problema ao prefeito e o posto foi instalado no local. A escola elaborou com os pais e os alunos uma cartilha sobre a higiene cotidiana no lar e nas ruas.

Em Goiânia – GO, o Projeto Viver Saudável integra uma das ações do Programa Saúde na Escola – PSE com o Programa Escola Aberta, representando a continuidade das ações entre a saúde e a educação, com atendimento dos alunos aos sábados e da comunidade, com oficinas voltadas à educação e à saúde de forma integral, articulando saberes entre pais, alunos e comunidade, com a realização de oficinas nas escolas, que trabalham a promoção da saúde e a prevenção a fatores de riscos para doenças não transmissíveis (PROGRAMA ESCOLA ABERTA..., 2012).

No Rio Grande do Sul, conforme Hoben (2006), desde 2003, o Programa Escola Aberta para a Cidadania combina elementos das áreas da Educação e do Desenvolvimento Social, trabalhando amplamente componentes de inclusão social.

Conforme Hoben (2006, p. 128):

Os diretores das escolas participantes do Projeto reconhecem os benefícios que o Projeto vem granjeando para a comunidade, principalmente, aqueles dirigentes de estabelecimentos escolares situados em locais onde os moradores são privados de espaços adequados para o desenvolvimento de atividades voltadas para o lazer, à cultura e o esporte, entre outras formas

de exclusão social.

Como é possível observar, os programas mencionados dirigem os seus esforços para o bem-estar das pessoas; por isso, é essencial identificar se os espaços oferecidos pela escola aberta são adequados para a continuidade e o fortalecimento das ações que favoreçam a obtenção dos propósitos comuns a cada um deles.

Noletto e Barros Coelho (2008, p. 82) sugerem que para a implantação do Programa deve-se:

- Elaborar a grade de programação do fim de semana em parceria com a comunidade, ouvindo os alunos, especialmente os jovens. Isso pressupõe a criação de mecanismos institucionalizados e sistemáticos de participação e diálogo entre as equipes locais (que atuam nas escolas) e os outros atores.
- Promover formação profissional contínua para todos os profissionais envolvidos no programa – coordenação central, equipes intermediárias e locais.
- Programar eventos de formação profissional específicos para os responsáveis pelas oficinas, de forma a aprimorar a qualidade das atividades oferecidas na escola.
- Chamar os pais para participar da organização das atividades do fim de semana, dando-lhes funções definidas e deixando que participem da gestão.
- Garantir um padrão mínimo de qualidade para os equipamentos e os materiais utilizados nas atividades de fim de semana.
- Estabelecer parcerias entre a Secretaria da Educação, o Ministério da Educação e uma universidade ou faculdade local, para oferecer curso de pós-graduação em projetos direcionados à escola.
- Construir ampla rede de parcerias em dois níveis: central e local. A primeira é estabelecida pela coordenação central, incluindo grande número de escolas ou mesmo toda a rede. A segunda é feita diretamente pela escola com parceiros do bairro (pessoas físicas ou jurídicas) ou da região. É importante que as escolas e os parceiros assinem um “termo de parceria”, a fim de não haver cobranças financeiras por serviços oferecidos ou produtos doados.

O desenvolvimento de novas competências que favoreçam a gestão participativa da escola aberta à comunidade implica relacionar os conhecimentos, habilidades e atitudes que possui cada participante com as situações reais da vida da comunidade. É pertinente salientar que o PEA norteia a gestão mais participativa, fortalecendo o sujeito o seu aprendizado (conhecimento), com a finalidade de enfrentar os desafios e barreiras, tanto na busca de conhecimento, como na sua atuação no mercado de trabalho, primando por um cidadão com identidade social e profissional na sociedade contemporânea.

### **A experiência do PEA em Araguaína – TO**

O Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Meneses, situado no Bairro São João em Araguaína – TO atende atualmente 1.583 (um mil e quinhentos e oitenta e três) alunos, nas modalidades de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Ensino Médio e EJA (2º e 3º segmento), dirigido pela Gestora Maria Venusa Arrais Sobrinho e conta com o apoio da Coordenadora do Projeto de Ensino e Aprendizagem Vane Mary Dias Carneiro Brito, da qual está à frente do PEA. Objetiva sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso,



permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação fundamental e da gratuidade escolar.

A Escola tem como proposta educacional a qualidade no ensino, a democracia, a participação nos espaços culturais de socialização e desenvolvimento dos educandos visando também prepará-los para o exercício da cidadania através da prática, cumprimento de direitos e deveres e efetivação do conhecimento e tem por finalidade: atender o disposto nas Constituições Federal, Estadual e Municipal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, observadas, em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

Numa conversa informal com a gestora Maria Venusa, a mesma relata que “o fracasso escolar caracterizado pelos altos índices de reprovação e evasão, e o baixo índice de aprendizagem tem sido apontado como resultados de fatores sociais, políticos, culturais e econômicos, a escola precisou refletir e buscar mudanças que possibilitem e viabilizem desenvolver o cidadão para exercer seu papel na sociedade e ainda prepará-lo para o mundo do trabalho que exige dinamismo e criatividade”. O colégio aderiu ao PEA em 2012, visando oferecer respostas às solicitações de parceiros e entidades da comunidade (organizações sociais e governamentais, grupos de jovens, associações religiosas, empresas, grupos de pais, ONGs), proporcionando uma maior participação dessa comunidade na escola. Alunos e professores atuam juntos, numa inserção do lúdico e trabalhos paralelos aos de sala de aula, percebendo a importância da interatividade inter-relacionada com o público externo.

A escola há tempos vem tentando encontrar meios para aproximar a comunidade, mas o processo é lento, conta a gestora Maria Venusa, e procurando adequar-se a esta realidade o Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Meneses aderiu ao PEA agrupando-o ao Projeto Político Pedagógico,

Neste sentido, Veiga (2005, p. 32) diz:

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação internacional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto-político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (...) Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da internacionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua internacionalidade. (VEIGA, 2005, P. 32).

A partir da adesão ao PEA a escola estabeleceu importantes parcerias:

- a. Secretaria Municipal de Saúde, onde desenvolve o SPE- Saúde e Prevenção na Escola, não obstante desenvolvem-se palestras sobre metodologias de combate à dengue e ao calazar, DSTs., AIDS, epidemias, endemias e pandemias, bem como atendimentos de primeiros socorros.
- b. Instituto Tocantinense Antonio Carlos – ITPAC – Em parceria com a comunidade trabalha a prevenção e diagnóstico da saúde bucal, oferecendo serviços de manutenção e recuperação dentária.
- c. Secretaria Municipal da Cultura – através do projeto “Cinema na Escola”, atrai públicos diferenciados aos sábados, proporcionando lazer e resgatando valores, incentivando ao desenvolvimento de peças teatrais, aulas de dança,

aonde esta vem possibilitando outros momentos culturais como a atração de pessoas idosas à escola, aos domingos com o famoso “fórró dos idosos” a “garotada” consegue levar pais e avós para uma distração saudável e divertida.

d. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC oferece ações de salão de beleza, expedição de documentos pessoais e outras ações ao longo do ano de acordo com a necessidade da comunidade.

A média de atendimento em atividades desenvolvidas no colégio varia de 300 a 2000 pessoas a cada evento realizado. Vale ressaltar que o público atingido corresponde à vizinhança e até mesmo bairros mais afastados. A gestora detalha que a cada evento realizado na escola os alunos se sentem privilegiados por ajudar a fortalecer a cidadania e a própria identidade cultural da escola.

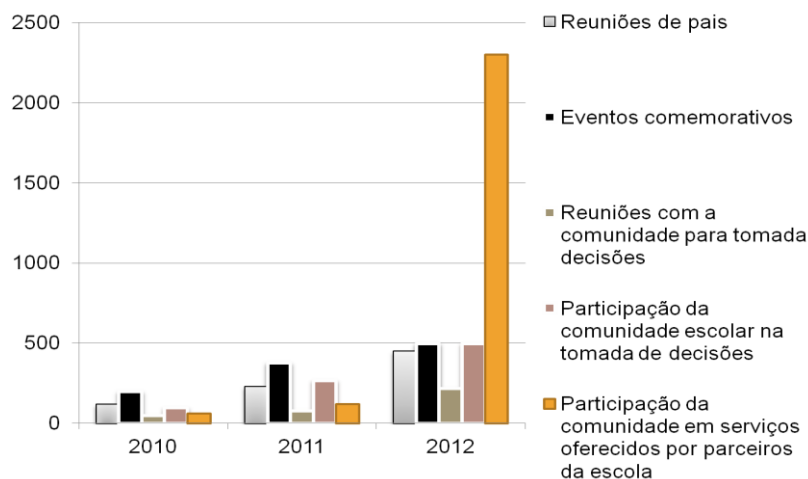
A tabela a seguir mostra o número aproximado de participação da sociedade nas atividades oferecidas pela escola em parceria com a comunidade no ano de 2010 a 2012.

Datas	Reuniões de pais	Eventos comemorativos	Reuniões com a comunidade para tomadas decisões	Participação da comunidade escolar tomada decisões	Participação da comunidade em serviços oferecidos por parceiros da escola
<b>2010</b>	120	200	50	100	60
<b>2011</b>	230	380	80	270	120
<b>2012</b>	450	500	220	500	2300

Fonte: Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Meneses

Assim, ao longo da execução do programa, os principais resultados relatados pelos atores envolvidos dizem respeito à significativa melhoria do clima na escola e em seu entorno, à diminuição da violência contra o patrimônio escolar, à ampla participação da comunidade nas atividades, à maior participação dos pais dos alunos na escola, à redução de incidências de violência interpessoal no espaço escolar, ao maior cuidado da comunidade com a escola e à formação de uma cultura de voluntariado em algumas localidades.

Gráfico dos resultados obtidos com a adesão do PEA



Nesta constante é possível afirmar que a abertura das escolas aos finais de semana e/ou em dias não letivos fortalece o espaço da escola num ambiente que propicia ativamente a participação, não só da família, mas da comunidade que a circula e pode ser estendida ao desenvolvimento de ações e projetos dos atores envolvidos no processo educacional e social, integrando a comunidade e a gestão educacional.

### **Considerações finais**

O presente artigo, que teve como objetivo maior mostrar que a interação entre gestão escolar e comunidade, pode abrir um espaço de convivências e conquistas democráticas, apresentando um caminho para se chegar, mesmo que a longo prazo, a uma ação solidária onde a percepção, a troca, a experiência, a reciprocidade, constituem sua essência pois a autonomia do ser humano só pode ser compreendida dentro do contexto sociocultural em que vive, a qual impõe restrições à livre ação condicionando-a a circunstâncias históricas, religiosas, culturais e econômicas.

Essa competência implica no desenvolvimento intelectual e moral da pessoa, que lhe permita ser capaz de reagir de forma madura sobre um assunto ou atuar de forma contrária às tradições da sociedade brasileira, de pouca ou nenhuma participação.

Essa maturidade é estimulada não por relações educativas autoritárias, mas por aquelas que permitam a livre discussão de pontos de vista diferentes.

A gestão escolar democrático-participativa deve apoiar a construção dessa autonomia, permitindo que a escola seja um lugar de convergência das expressões culturais da comunidade, promovendo, nesse espaço, a discussão sobre temas atuais na vida da comunidade e possibilitando a convivência entre os diferentes. Vale ressaltar que a algumas iniciativas de políticas públicas, vem procurando viabilizar possibilidades de articulações quanto ao envolvimento da sociedade, agregando valores e fundamentando os princípios básicos para da autonomia da escola.

O Programa Escola Aberta à comunidade estimula a relação de cooperação, em que os participantes cultivam o respeito mútuo, a liberdade de expressão de pontos de vista, a construção coletiva de regras e a escolha racional de suas ações.

A participação da comunidade na escola permite a flexibilidade de critérios metodológicos, antes adotados como prioridades na vida acadêmica, numa perspectiva de ajustes para a melhoria, não só das ações da comunidade, como também da escola, de como agir na comunidade num contexto sociocultural, buscando ampliar e adequar os conhecimentos políticos, sociais e acadêmicos.

Dessa forma, contribui para a formação de cidadãos que não se limitem apenas a obedecer às regras e a atuar como a maioria, mas para refletir criticamente sobre seus valores, ações e ambiente social.

A experiência no estado do Tocantins pode mostrar que a abertura das escolas fora do horário escolar e durante os fins de semana, ajuda a fortalecer o respeito e a aceitação das diferenças, o caráter comunitário e coletivo do processo educacional e, em última instância, o exercício da democracia, posto que a escola deve ser um espaço em que a cooperação e o diálogo sejam utilizados como ferramentas que tornam isso possível.

Com base no exposto, este artigo deixa claro que a gestão escolar e a comunidade, através de iniciativas de políticas públicas e o apoio de parceiros ( organizações sociais, empresas, grupos de pais, ONGs, Universidades) podem interagir de forma equilibrada, buscando adequações desta e para esta, onde a escola é o portal para novas ações e idealizações de projetos que fortaleçam tais iniciativas. O PEA abriu uma concepção concreta, porém, necessárias de atitudes que se adequam às necessidades do ambiente em que a escola está localizada e constituir-se como espaço aberto que se preocupa com as suas necessidades e que as atenda.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEECH, Jason. A internacionalização das políticas educativas na América Latina. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 32-50, jul./dez. 2009.

BERTAN, Levino. A relação escola-família: um espaço negado aos pais? **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 3, n. 2, p. 1-11, dez. 2005.

BEZERRA, Zedeki Fiel; SENA, Fernanda Alves; DANTAS, Osmarina Maria dos Santos et al. Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. **Educar**, Curitiba, n. 37, p. 279-291, maio/ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escola Aberta**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/proposta\\_pedagogica.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/proposta_pedagogica.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2012.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Orgs.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001877/187729por.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

CODY, Frank; SIQUEIRA, Sílvia. **Escola e comunidade**: uma parceria necessária. São Paulo: IBIS, 1997.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n. 17, p. 235-248, mar/ago 2005.

DELVAL, Juan. **Crescer e pensar**: a construção do conhecimento na escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, jan./abr. 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.

FERNANDES, Márcia. **Gestão escolar democrática**: uma proposta que envolve a integração da comunidade. 2009. III Simpósio Internacional. VI Fórum Nacional de Educação. Universidade Luterana do Brasil. Disponível em: <[http://forum.ulbratorres.com.br/2009/mesa\\_texto/MESA%2015%20B.pdf](http://forum.ulbratorres.com.br/2009/mesa_texto/MESA%2015%20B.pdf)>. Acesso em 12 maio 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. *In*: SILVA, Luiz Heron da (Org.). **Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999. p. 18-32.

HOBEN, Allan. **Fazendo a diferença**: Projeto Escola Aberta para a Cidadania no Estado do Rio Grande do Sul. Brasília: UNESCO, Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, 2006. 160p.

JOBIM E SOUZA, Solange. Educação na pós-modernidade: educar para que? *In*: SOARES, Jorge Coelho; EWALD, Ariane P; DAMAS, Carla (Orgs). **Anais das terças transdisciplinares**: experimentando a fronteira entre a psicologia e outras práticas teóricas. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE. 2001. p. 277-287.

LUCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2006.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch; BARROS COELHO, Beatriz Maria Godinho (coord.). **Abrindo espaços**: guia passo a passo para a implantação do Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz. Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2008. 93p.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 73, n. 174, p. 255-290, maio/ago. 1992.

PAULA, Roseli Lopes de; SCHNECKENBERG, Marisa. Gestão escolar democrática: desafio para o gestor do século XXI. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, v. 3, n. 1, p. 1-22, mar. 2008. Disponível em: <[http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/06032012\\_textogestaoescolardemocratica\\_pdf.pdf](http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/06032012_textogestaoescolardemocratica_pdf.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2012.

PERUZZO, Cícília M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. **II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação**. 1 a 3 de abril de 2009 – São Paulo – Brasil. Disponível em: <<http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

PROGRAMA ESCOLA ABERTA FAZ PARCERIA COM PROJETO VIVER SAUDÁVEL. 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/programa-escola-aberta-faz-parceria-com-projeto-viver-saudavel/376782/>>. Acesso em: 9 out. 2012.

SINDICATO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO MAGISTÉRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Revista do Projeto Pedagógico. **Como a comunidade pode participar do planejamento escolar**. Disponível em: <[http://www.udemo.org.br/RevistaPP\\_05\\_03ComoComunidade.htm](http://www.udemo.org.br/RevistaPP_05_03ComoComunidade.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2012.

VILELA, Rita Amélia. Max Weber (1864-1920): entender o homem e desvelar o sentido da ação social. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.). **Sociologia para Educadores**. Rio de Janeiro, Quartet, 2001. p. 63-96.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

WASELFISZ, Julio Jacobo; MACIEL, Maria. **Revertendo violências, semeando futuros**. Avaliação do Impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e Pernambuco. Brasília: UNESCO, 2003.

WEBER, Max. A Psicologia Social das Religiões Mundiais: **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2002. p. 189-211.

ZIZEMER, Joseida Schütt. **A construção da cidadania na escola pública: avanços e dificuldades**. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, RS, 2006.